

ARTIGOS

DESAFIANDO O ADULTOCENTRISMO: A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS NO PLANEJAMENTO URBANO DE JUNDIAÍ (SP)

Pedro Matheus Bianchi*

Gustavo Melo Silva**

Renan Pereira Almeida**,*

*Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vitória, ES, Brasil

**Universidade Federal de São João del-Rei, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território, São João del-Rei, MG, Brasil

***Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo

Considerando a necessidade de superar os aspectos tecnocráticos do planejamento urbano participativo, este trabalho investiga os limites e as possibilidades da participação infantil como forma de desafiar as lógicas hegemônicas de produção do espaço ancoradas em uma perspectiva adultocêntrica. Tomando como referência o caso de Jundiaí (SP) e sua experiência com o programa internacional La Città dei Bambini [Cidade das Crianças], o artigo tensiona a relação entre criança, cidade e planejamento urbano a partir de uma metodologia composta por análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação de campo. Os resultados indicam que a participação infantil no planejamento urbano possui um potencial transformador diante do caráter burocrático derivado da visão adultocêntrica ao introduzir a criança como ator social legítimo. Além disso, essa prática estimulou, ainda que de forma não intencional, a cidadania na infância. Contudo, enquanto processo de construção social, a iniciativa enfrenta desafios próprios tanto das limitações do planejamento urbano quanto da persistência de percepções adultocêntricas enraizadas na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave

Planejamento Urbano; Participação Social; Atores, Agentes e Sujeitos; Políticas Públicas; Cidadania; Jundiaí.

ARTICLES

CHALLENGING ADULT-CENTRISM: CHILDREN'S PARTICIPATION IN THE URBAN PLANNING OF JUNDIAÍ, SÃO PAULO, BRAZIL

Pedro Matheus Bianchi*

Gustavo Melo Silva**

Renan Pereira Almeida^{*,**}

*Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vitória, ES, Brazil

**Universidade Federal de São João del-Rei, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território, São João del-Rei, MG, Brazil

***Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, MG, Brazil

Abstract

Considering the need to overcome the technocratic aspects of participatory urban planning, this study examines the limits and possibilities of children's participation as a means of challenging the hegemonic logics of the production of space from an adult-centric perspective. Drawing on the case of Jundiaí, in the state of São Paulo, Brazil, and its implementation of the international La Città dei Bambini [The City of Children] program, the article problematizes the relationship between children, the city, and urban planning through a methodology combining document analysis, semi-structured interviews, and field observation. The findings suggest that children's participation in urban planning has transformative potential in addressing the bureaucratic character derived from an adult-centric perspective by recognizing children as legitimate social actors. Furthermore, although not an explicit objective of the initiative, this practice has fostered childhood citizenship. However, as a process of social construction, the initiative faces challenges stemming both from the limitations of urban planning itself and from the persistence of adult-centric perceptions deeply rooted in contemporary Brazilian society.

Keywords

Urban Planning; Social Participation; Actors, Agents and Subjects; Public Policies; Citizenship; Jundiaí.

DESAFIANDO O ADULTOCENTRISMO: A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS NO PLANEJAMENTO URBANO DE JUNDIAÍ (SP)¹

Pedro Matheus Bianchi

Gustavo Melo Silva

Renan Pereira Almeida

Introdução

Para a construção de um planejamento justo, efetivo e emancipador, a participação social é fundamental. Trata-se, todavia, de um processo que não se esgota em si mesmo e requer diversidade de atores sociais, tanto para garantir sua legitimidade quanto para gerar políticas públicas que de fato se aproximem dos objetivos almejados. A partir dessas premissas, este artigo discute a participação de crianças no planejamento urbano frente a lógicas hegemônicas de produção do espaço, pautadas na percepção adultocêntrica. Para tal, investiga-se o caso de Jundiaí (SP), no contexto do programa internacional La Città dei Bambini [Cidade das Crianças] (CDC), inspirado na obra e na prática do pedagogo italiano Francesco Tonucci (1996), sob as lentes das teorias do planejamento urbano e regional (Villaça, 1999; Souza, 2006; Randolph, 2019), interseccionadas com os estudos da infância (Dias; Ferreira, 2015; Cavalcante, 2021).

A participação social no planejamento urbano, por si só, traz desafios, como a racionalidade colonizadora do planejamento (Randolph, 2007), a falta de percepção do território e das territorialidades em constantes disputas por poder (Souza, 2006) e o “lado sombrio do planejamento” (Yiftachel, 2021). Nesse contexto, a predominância de uma perspectiva adultocêntrica sobre a infância contribui para a

1. O presente trabalho foi realizado com o apoio dos recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001 e da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

sua exclusão como categoria social ativa e presente (Cavalcante, 2021). A dicotomia entre o direito de participação e proteção e o pensamento de que “lugar de criança é na escola” tem (re)produzido assimetrias entre adultos e crianças (Brostolin, 2021), que se expressam materialmente na cidade (Zeihner, 2003) e nos espaços políticos (Bertuol, 2008). Sob essa perspectiva, iniciativas que incentivam a participação infantil se encontram diante de um paradoxo: ao mesmo tempo que as cidades incluem, elas excluem, gerando efeitos contraditórios na infância (Sarmiento, 2018).

Além dessas contradições, tais iniciativas enfrentam desafios teóricos e metodológicos significativos. A racionalidade que orienta o planejamento urbano (Limonad, 2015; Randolph, 2019) e as formas de atuação dos próprios planejadores (Matthews, 1995) frequentemente reforçam lógicas excludentes que limitam a presença e a atuação das infâncias nas cidades (Sarmiento, 2018; Mansfield; Batagol; Raven, 2021). Por sua vez, a participação infantil se apresenta como uma possibilidade de tensionar essas lógicas, ao afirmar a infância como sujeito político ativo na vida coletiva, o que a torna um elemento central para o reconhecimento da cidadania ativa das crianças (Sarmiento; Soares; Tomás, 2006; Sarmiento; Fernandes; Tomás, 2007).

Nesse sentido, as teorias do planejamento urbano e regional podem, quando articuladas aos estudos da infância, promover processos de planejamento com crianças que transcendam as imposições tecnocráticas sobre os sujeitos. Experiências participativas em espaços urbanos, inspiradas em programas e redes internacionais – como La Città dei Bambini, iniciado em Fano em 1991 e difundido internacionalmente a partir de 1996; a iniciativa Child Friendly Cities, lançada no contexto da Conferência Habitat II pela Unicef em 1996; e a rede das Cidades Educadoras, criada em Barcelona em 1990 –, têm produzido resultados que “expressam uma posição original, frequentemente inesperada e alheia ao sentido mais comum das preocupações adultas, sem que por isso percam pertinência” (Sarmiento, 2018, p. 238).

No plano internacional, um conjunto crescente de pesquisas tem se dedicado a analisar a participação infantil em políticas públicas e processos de planejamento urbano. Esses estudos exploram, entre outros aspectos, os arranjos institucionais que viabilizam essa participação, os marcos legais que a sustentam e as tensões entre proteção, escuta e poder decisório das crianças no espaço urbano, bem como as próprias concepções de cidadania na infância (Manouchehri; Burns, 2021; Ataol et al., 2022; Abellán-López; Pardo-Beneyto, 2024; 2025).

Não obstante esses avanços, a literatura internacional que analisa tais experiências tem evidenciado limites recorrentes nos processos participativos com crianças, destacando o risco de institucionalizações simbólicas, práticas consultivas pouco vinculantes e a reprodução de racionalidades adultocêntricas no seio

de políticas supostamente participativas (Ataol et al., 2022; Abellán-López; Pardo-Beneyto, 2024; 2025). Esses estudos apontam que, embora a participação infantil seja cada vez mais reconhecida normativamente, sua capacidade de produzir transformações efetivas nas estruturas do planejamento urbano permanece condicionada por dispositivos técnicos, jurídicos e culturais que restringem o alcance político das crianças.

Apesar do avanço dessas iniciativas, ainda são escassas as análises que examinam de que modo a participação infantil efetivamente põe em xeque as práticas tecnocráticas e adultocêntricas no planejamento urbano. No Brasil, em particular, os estudos sobre a infância em processos de planejamento permanecem incipientes e, em grande medida, desconectados das teorias críticas do planejamento urbano e regional. É nesse hiato que se insere este artigo, ao analisar a experiência de Jundiaí, que desde 2018 atua como sede brasileira da Rede Latino-Americana Cidade das Crianças. O objetivo central é investigar em que medida a participação das crianças pode desafiar as lógicas hegemônicas de produção do espaço, combinando pesquisa bibliográfica e documental, observação direta em campo e entrevistas semiestruturadas com representantes institucionais.

O texto inicia com a discussão das contradições do planejamento participativo, situando os dilemas que justificam pensar a presença das crianças na cidade. Em seguida, aborda-se como as lógicas de exclusão da infância reforçam práticas adultocêntricas no planejamento urbano. A seção posterior apresenta os procedimentos metodológicos adotados. Na sequência, introduz-se o caso de Jundiaí e o programa Cidade das Crianças. As duas seções subsequentes se concentram na análise empírica, apontando, de um lado, os limites e, de outro, as possibilidades que emergem quando a participação infantil confronta práticas tecnocráticas e adultocêntricas de produção do espaço. Por fim, as considerações finais discutem como tais experiências contribuem para democratizar o planejamento urbano.

1. As contradições do processo participativo: em busca de outro planejamento

O planejamento urbano emerge como resposta às transformações da urbanização industrial do século XIX. Com o crescimento das cidades, demandas como habitação e transporte passaram a ser conduzidas por empresas ou pelo Estado, orientadas pelos interesses do capital industrial (Monte-Mór, 2006a). Nesse contexto, as cidades “implodem e explodem” (Lefebvre, 2006), expandindo-se para além de seus limites tradicionais e gerando novas dinâmicas socioespaciais marcadas por adensamento e externalidades negativas (Monte-Mór, 2006a).

A valorização dos centros urbanos e o controle do espaço se tornaram prioridades das elites, impulsionando o surgimento do urbanismo como campo técnico

de intervenção (Villaça, 1999; Monte-Mór, 2006b). Com isso, consolidou-se uma visão racionalizadora e tecnocrática do planejamento, reforçada pelos planos diretores das décadas de 1950 e 1960 (Villaça, 1999).

Com a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, inaugura-se uma nova fase do planejamento urbano no Brasil. Influenciada por movimentos sociais, pelo discurso da reforma urbana e pelas dinâmicas globais de planejamento estratégico, essa nova etapa busca romper com o modelo tecnocrático anterior e promover a descentralização e a democratização das decisões urbanas (Villaça, 1999). Os municípios passam a ter maior autonomia como entes federativos, e o planejamento passa a incorporar, formalmente, princípios participativos (Maricato; Santos Júnior, 2007).

Apesar do discurso democrático, muitas práticas participativas se restringem a formatos burocráticos, desconectados das realidades dos grupos envolvidos. A persistência da racionalidade instrumental, centrada em soluções técnicas, esvazia o planejamento participativo, reduzindo-o a um mecanismo de legitimação de decisões já tomadas (Randolph, 2019). Nesse contexto, a ampliação de canais institucionais para a escuta e o envolvimento da sociedade civil carrega o potencial de fortalecer práticas comunitárias e garantir o exercício de direitos coletivos, porém tal potencial raramente se concretiza. Como destaca Jacobi (2002), ele depende da existência de critérios claros de representação e da criação de ambientes institucionais que evitem tanto a captura por interesses particulares quanto a manipulação por parte do próprio poder público – exigências que, na prática, frequentemente não são cumpridas.

Desse modo, a adoção de mecanismos participativos, por si só, não garante transformações qualitativas no planejamento. É preciso questionar os projetos políticos que orientam esses processos e sua real articulação com os interesses das populações (Randolph, 1999). O desafio vai além de abrir espaços formais: é necessário transformá-los em arenas efetivas de deliberação e reconhecimento da diversidade de vozes.

Nesse cenário, a inclusão de sujeitos historicamente invisibilizados, como as crianças, exige atenção redobrada. Suas experiências participativas são muitas vezes marcadas por silenciamento ou por cooptação simbólica (Hart, 1992; Malone; Hartung, 2010). Reconhecer as crianças como atores sociais implica desafiar práticas adultocêntricas e construir abordagens realmente inclusivas (Sarmiento, 2018).

Randolph (2014) destaca que o próprio planejamento possui um caráter colonizador, evidenciado na forma ambígua como atua. Segundo o autor, é justamente o discurso de eficácia e eficiência que legitima o planejamento como instrumento ideológico, capaz de expandir a lógica instrumental para além dos sistemas

econômicos e das burocracias administrativas. Ao submeter esferas da vida social que originalmente não estavam organizadas por essa lógica, o planejamento se transforma em um dos principais mecanismos de colonização nas sociedades capitalistas tardias.

Com base nessas provocações e em diálogo com Limonad (2015), este trabalho compreende o planejamento sob a perspectiva da impossibilidade de dissociá-lo das condições sociopolíticas das sociedades capitalistas contemporâneas. Combater as frentes abstratas que colonizam o cotidiano requer o fortalecimento de forças capazes de tensionar a lógica tecnocrática e criar espaços de autonomia social.

Diante desse quadro, torna-se urgente ampliar as fronteiras do planejamento urbano, incorporando sujeitos historicamente marginalizados não apenas como beneficiários, mas como coautores da cidade. É nesse esforço de reconfiguração que a inclusão das crianças adquire centralidade crítica neste trabalho. Se o planejamento tradicional foi moldado a partir de uma racionalidade adultocêntrica, tecnocrática e excludente, a presença infantil nos processos urbanos representa não apenas uma demanda ética, mas uma possibilidade subversiva de ruptura com as formas hegemônicas de pensar e fazer a cidade. Discutir a participação infantil no planejamento urbano, portanto, é mais do que uma questão de inclusão, é um exercício de descolonização das práticas e epistemologias que sustentam o campo.

2. Participação infantil no planejamento urbano: limites e desafios

Inicialmente, o presente trabalho reconhece que a própria teoria do planejamento urbano negligencia historicamente a infância. Segundo Gillespie (2013), isso não é mera coincidência, uma vez que o planejamento urbano é interdisciplinar, alimentado por diversas teorias sociais e políticas. Entretanto, esse campo raramente menciona a criança como sujeito. Mesmo vertentes críticas – que confrontam vieses androcêntricos, eurocêntricos e heterossexistas – tendem a excluir ou marginalizar a infância, pois o “outro” em questão é sempre um adulto (Gillespie, 2013).

Essa exclusão também se expressa na prática. Como aponta Sarmento (2007), a infância é frequentemente tratada como uma categoria da negação, definida pela ausência de atributos adultos. Os processos históricos que a qualificam por meio de negações refletem expressões simbólicas do adultocentrismo, que projeta sobre as crianças uma ideia de incompletude.

Esse adultocentrismo atua como dispositivo de controle social, subordinando a infância à lógica do sujeito adulto, masculino e ocidental. Com isso, reproduz-se uma relação de dominação análoga à que estrutura a geopolítica centro-periferia.

Seguindo essa lógica, a infância é compreendida não como uma fase com valor e agência próprios, mas como um intervalo a ser superado rumo à maturidade (Alvarado; Posada; Gaviria, 2009). Essa perspectiva contribui para naturalizar a exclusão das crianças dos espaços de decisão e da vida pública. Assim, mesmo quando o planejamento urbano visa ser participativo, ele tende a silenciar as vozes infantis ou a escutá-las de forma instrumental, sem reconhecer sua legitimidade como sujeitos plenos de direitos e saberes.

Essa compreensão não é meramente circunstancial. Ariès (1981) demonstra que o próprio conceito de infância é uma construção moderna, articulada ao surgimento do individualismo e à institucionalização da educação. A escola e a família passaram a exercer a função de proteger, disciplinar e educar, segregando progressivamente as crianças do espaço social (Sarmiento, 2007). Naturalizou-se, assim, a ideia de que crianças não devem participar de contextos políticos, cívicos ou urbanos, sendo seu tempo de vida presente sistematicamente desconsiderado (Dias; Ferreira, 2015). Essa invisibilização se manifesta em múltiplas esferas, como na exclusão da cidadania (Sarmiento, 2007), dos espaços públicos e da cidade (Dias; Ferreira, 2015; Sarmiento, 2018) e, conseqüentemente, do próprio planejamento urbano (Gillespie, 2013).

A ausência das crianças nos espaços políticos, sociais e urbanos resulta, de forma indireta, em um planejamento excludente e desigual. Lansky (2012) identifica um descompasso entre a percepção dos planejadores e os usos infantis do espaço. Segundo o autor, incluir as crianças pode qualificar a produção do espaço urbano, mas requer atenção às dinâmicas entre adultos e crianças. De forma semelhante, Bertuol (2008) observa que instituições e discursos oficiais sobre participação e proteção tendem a obscurecer o cotidiano das crianças. Corroborando Lansky (2012), Bertuol (2008) afirma que as crianças buscam se fazer presentes nos assuntos adultos ligados ao espaço urbano, clamando por participação. No entanto, o contexto urbano impõe limites à criação de um universo próprio ou de resistência explícita às diretrizes adultas. Ainda assim, elas negociam sua presença nas brechas disponíveis, revelando modos de auto-organização e autonomia espacial.

Diante disso, a participação deve ser compreendida como forma de socialização, negociação e emancipação. Para Trevisan (2012), ao interagir em decisões políticas com adultos, as crianças vivenciam dimensões centrais da socialização. Vincular essa compreensão ao planejamento urbano amplia o presente e valoriza riquezas sociais, condição para que a participação infantil se efetive. Caso contrário, tais práticas podem apenas reforçar a identidade de “futuro adulto”, negligenciando a vivência presente (Veloso, 2018). Essa perspectiva converge com Randolph (2019) e Limonad (2015), que destacam que é imprudente pensar o planejamento

urbano sem considerar as condições sociopolíticas atuais. Do mesmo modo, não se pode conceber a participação infantil sem reconhecer os processos sociais e históricos que moldam a infância e suas relações, as ditas barreiras invisíveis à participação das crianças (Mansfield; Batagol; Raven, 2021). Assim, impõe-se um olhar crítico, capaz de enfrentar mitos, superar barreiras e aliviar tensões que atravessam tal participação (Tomás, 2007).

Nesse sentido, estudos recentes sobre políticas públicas de infância evidenciam as dificuldades de materializar o equilíbrio entre proteção e participação. A análise de Abellán-López e Pardo-Beneyto (2024) sobre a legislação e a experiência espanholas no que diz respeito à infância e adolescência revela a forte influência da Convenção sobre os Direitos da Criança, mas também a predominância de uma abordagem híbrida, na qual discursos participativos e práticas essencialmente protecionistas coexistem.

Abellán-López e Pardo-Beneyto (2024) identificam que a proteção ocupa um lugar central no arcabouço normativo, o que se reflete nos instrumentos participativos. Para eles, embora reflita a complexidade da definição de políticas públicas, a inclusão de vários atores também pode resultar em um ambiente centrado no adulto, onde a participação das crianças na tomada de decisões é assimétrica. O envolvimento de grupos como famílias, ONGs e profissionais pode ser um sinal de adultocentrismo se não for administrado corretamente, pois pode criar uma esfera protetora que controla a tomada de decisão das crianças.

De modo convergente, ao analisarem como a legislação e as práticas de planejamento urbano na Turquia adaptam acordos supranacionais sobre participação infantil, Ataol et al. (2022) evidenciam que a incorporação normativa do direito à participação não tem sido acompanhada da criação de ambientes institucionais efetivamente capacitadores. O estudo aponta que a persistência de concepções protecionistas e de uma cidadania infantil condicionada resulta em mecanismos participativos meramente simbólicos, nos quais a agência e a individualidade das crianças são sistematicamente subestimadas.

Essas evidências empíricas reforçam as críticas ao risco de uma participação infantil tokenista e simbólica, conforme assinalam Tomás (2007) e Sarmento, Fernandes e Tomás (2007). O equilíbrio entre proteção e participação constitui, portanto, um eixo central para assegurar o interesse das crianças. Trata-se de compreender a cidadania infantil como um campo de prática efetiva e participativa, no qual as crianças sejam reconhecidas como sujeitos ativos que contribuem para a sociedade enquanto vivenciam plenamente seus direitos (Sarmiento; Fernandes; Tomás, 2007).

3. Metodologia

A pesquisa adota abordagem qualitativa de caráter exploratório, buscando ampliar a compreensão de um fenômeno ainda pouco investigado. Esse tipo de estudo, segundo Gil (2008), favorece a geração de ideias e o aprofundamento da familiaridade com o tema. Tendo em vista o objetivo central – investigar de que modo a participação infantil pode desafiar lógicas hegemônicas de produção do espaço no planejamento urbano de Jundiaí (SP), marcadas por uma perspectiva adultocêntrica –, optou-se pela combinação de análise documental, observação direta e entrevistas semiestruturadas.

O estudo adota o formato de estudo de caso (Gil, 2008), permitindo examinar em profundidade uma realidade específica. Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2016), na vertente temática (Campos, 2004), abordagem que se adequa aos objetivos e às relações propostas com base no referencial teórico. As categorias analíticas foram estabelecidas a partir das discussões sobre participação social de crianças e adolescentes, considerando, de forma integrada, aspectos como linguagem e materiais utilizados, abrangência espacial, profundidade decisória, transparência, formas de mediação, respeito às múltiplas infâncias, suporte a grupos vulneráveis e etapas de envolvimento das crianças.

Jundiaí foi escolhida pela disponibilidade de dados e por sediar a Rede Brasileira Cidade das Crianças (RBCC), mantendo registros contínuos desde 2018. A pesquisa foi conduzida entre abril e agosto de 2024, contando com quatro entrevistas semiestruturadas com funcionários públicos municipais das áreas de Educação, Finanças Públicas e Cultura, todos ligados ao grupo Criança na Cidade. O número de entrevistas foi limitado pelo período eleitoral. As observações *in loco* ocorreram entre 12 e 17 de agosto de 2024, durante o 2º Encontro Brasileiro de Cidades das Crianças e o 2º Fórum Internacional das Infâncias. Não houve acompanhamento de reuniões do comitê das crianças, sendo os dados obtidos por meio de entrevistas, documentos oficiais e discursos de crianças e adultos durante o evento. Também não houve entrevistas com crianças, devido a limitações éticas contidas no projeto de pesquisa no qual este trabalho está ancorado e que foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

4. Conhecendo Jundiaí: uma cidade das crianças

A cidade de Jundiaí (SP) oficializou sua participação na Rede Latino-Americana Cidade das Crianças por meio do Decreto Municipal nº 27.780 de 2018 (Jundiaí, 2018a), que estabelece como objetivo incentivar a inclusão das crianças nos processos de decisão sobre o planejamento da cidade, estabelecendo um canal de diálogo entre elas e a administração pública por meio da criação do Comitê das Crianças (Jundiaí, 2018b).

O Comitê das Crianças foi formado em 2019 com 24 crianças de 9 a 12 anos, sorteadas nas seis regiões administrativas do município. Os encontros, que ocorrem mensalmente, debatem propostas e resultam em um documento anual entregue à prefeitura. O calendário é definido pelos próprios participantes, com presença do prefeito na abertura e no encerramento. Segundo a prefeitura, várias demandas já se concretizaram, como brinquedos inclusivos em parques, mais áreas arborizadas, melhorias em praças e escolas e a criação do parque Mundo das Crianças (Jundiaí, 2018b).

Até 2024, o grupo teve seis formações diferentes, totalizando 144 crianças. Naquele ano foi criado também o Comitê Jovem, com adolescentes e pré-adolescentes interessados em manter sua atuação cidadã, inclusive pedindo um canal de escuta específico para “crianças mais velhas”.

Conforme as diretrizes internacionais do programa Cidade das Crianças (CDC), é obrigatória a criação de um grupo de trabalho (GT). Jundiaí instituiu o GT interdisciplinar Criança na Cidade, previsto no capítulo X do Plano Diretor, com representantes de áreas como Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Cultura, Educação, Esporte, Saúde, Assistência Social, Mobilidade, Transporte, Serviços Públicos, Abastecimento, Agronegócio e Turismo (Jundiaí, 2018b). Além disso, parte de seus membros deve participar de cursos oferecidos pela Associação Internacional Francesco Tonucci,² para aprofundar conhecimentos sobre a participação infantil em políticas urbanas.

5. Da lógica adultocêntrica e tecnocrática à busca do reconhecimento infantil no espaço urbano

Durante o 2º Encontro Brasileiro de Cidades das Crianças e o 2º Fórum Internacional das Infâncias, que ocorreram em Jundiaí (SP) entre os dias 12 e 17 de agosto de 2024, estavam presentes diversos representantes de instituições – tanto do município como da certificadora – ligadas ao projeto La Città dei Bambini (CDC), com destaque especial para o idealizador do projeto, o psicopedagogo italiano Francesco Tonucci. Algumas falas das crianças marcaram essa abertura, por exemplo: “Para desenvolvermos a autonomia, precisamos muito que vocês confiem em nós” e “É legal que vocês acreditem em nós e deixem a gente tomar decisões sobre o nosso dia a dia”. Essas passagens retomam o pensamento desenvolvido por Tomás (2007) e Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007), segundo os quais a autonomia

2. A Associação Internacional Francesco Tonucci é uma organização que promove o trabalho do psicopedagogo italiano Francesco Tonucci, focado na filosofia de uma “cidade das crianças”, transformando cidades para que sejam mais inclusivas e democráticas a partir da perspectiva infantil, defendendo o direito de brincar e a participação das crianças nas decisões urbanas e sociais.

requer uma relação intergeracional que compreenda as capacidades das crianças. O termo “autonomia” foi repetido inúmeras vezes pelos entrevistados, palestrantes e participantes do evento. Conforme afirmam Sarmento, Fernandes e Tomás (2007) e Sarmento (2018), historicamente a infância teve sua autonomia limitada por diversos fatores, e o ambiente urbano é, ao mesmo tempo, possibilidade e limitação. Pensando na autonomia das crianças, introduz-se uma questão com a leitura do seguinte trecho, retirado da fala de um entrevistado.

(1) Quando a gente pensa em autonomia da criança na cidade, a gente acaba comprando algumas brigas, né? Porque diminuir vaga de carro e ampliar os espaços para as pessoas é entendido como perda, então toda mudança as pessoas entendem: como eu tô perdendo algo!... a gente foi entendendo que, mais do que mudanças físicas e urbanísticas, são as questões de mudanças de comportamento.
(Entrevistado 1)

Esse fragmento trata da autonomia e introduz uma questão central da pesquisa: a transformação do planejamento. De acordo com Randolph (2007; 2008; 2014; 2019), essa mudança demanda a subversão das ordens hegemônicas vigentes – neste caso específico, o planejamento capitalista centrado em uma racionalidade produtivista, característico do processo de urbanização do início do século XX (Villaça, 1999). A necessidade de transformação do planejamento foi evidenciada pelo Entrevistado 1 na passagem “Quando a gente pensa em autonomia da criança na cidade, a gente acaba comprando algumas brigas, né?”.

Concordamos com Veloso (2018), que menciona que o próprio conceito de autonomia precisa ser revisto, devendo ser dissociado do ciclo de exploração e submissão, no qual ser autônomo significa ser economicamente independente, uma vez que, sem essa revisão, crianças e outros grupos vulneráveis continuarão sendo excluídos. Nesse sentido, o fragmento (1) indica que pensar na autonomia das crianças é pensar em outras formas de viver a cidade e planejar o espaço. A participação de crianças também exige um questionamento do próprio sistema capitalista e uma reflexão crítica sobre o modo como a sociedade estrutura as possibilidades de cidadania e o poder de decisão, que hoje exclui sistematicamente aqueles que não são produtivos segundo as regras do mercado (Veloso, 2018).

Em conformidade com o trecho (1), o projeto político que prioriza as crianças e a busca por sua autonomia enfrenta uma institucionalização histórica de processos de disciplinação da infância, que está presente em grande parte dos espaços sociais. Segundo Sarmento, Fernandes e Tomás (2007), a consequência foi

o entendimento generalizado de que as crianças são naturalmente privadas do exercício de direitos políticos. Logo, o projeto que vai contra essa lógica enfrenta “brigas” contra realidades hegemônicas, nas quais a sociedade sente que, ao ceder espaço para ideias políticas das infâncias, estaria fadada a “perder algo”.

Em sua explanação na abertura do evento, Francesco Tonucci, idealizador do projeto, afirmou que a implementação do programa exige não apenas dedicação e capacidade técnica, mas, sobretudo, uma vontade política singular da gestão pública. Essa reflexão converge com o pensamento de Randolph (2007), que argumenta que um planejamento capaz de subverter as ordens hegemônicas está intrinsecamente ligado ao projeto político ao qual está subordinado.

Em Jundiaí, as políticas voltadas à infância buscam superar limitações ao reconhecer as crianças como atores sociais e o espaço urbano como território de interação e construção coletiva. Os fragmentos a seguir ilustram como essas iniciativas ressignificam o uso e a organização do território, articulando mudanças físicas, sociais e simbólicas.

(2) A gente tem em Jundiaí a Fábrica das Infâncias [...], é uma fábrica que fica no centro da cidade [...], ali na frente era uma via de 60 quilômetros por hora e virou 30, tem ciclovias, tem bancos e aquelas vias [...] que não sei o nome, acho que é urbanismo tático... toda vez que a gente vai inaugurar uma escola, a gente pensa, pô, vamos fazer isso aqui na frente também. (Entrevistado 2)

Ao destacar o processo de transformação, o fragmento (2) utiliza como exemplo central a criação da Fábrica das Infâncias Japy. Implantado em parte do edifício da antiga Tecelagem Japy, o equipamento promoveu a requalificação de uma área historicamente marcada pelo uso industrial, ressignificando seu papel no tecido urbano ao direcioná-lo às necessidades da infância e da comunidade. Trata-se de uma intervenção que expressa uma mudança ao mesmo tempo funcional e simbólica do espaço, reforçando o alinhamento do município com as diretrizes do programa adotado.

O processo de concepção da Fábrica das Infâncias Japy envolveu, desde suas etapas iniciais, a escuta especializada de crianças, experiência que se materializa também em exposições instaladas no próprio equipamento, como se pode observar na Figura 1. Os integrantes do Comitê das Crianças contribuíram para a definição de diretrizes do projeto, em especial no que se refere à concepção do Parque Naturalizado, entendido como um espaço de brincar livre, desprovido de

brinquedos estruturados e composto por elementos naturais, no âmbito da iniciativa BrinCAR LIVRE.³ A proposta incorporou percepções e desejos das crianças à configuração espacial do equipamento, valorizando experiências sensoriais, o contato com a natureza e a autonomia no brincar.

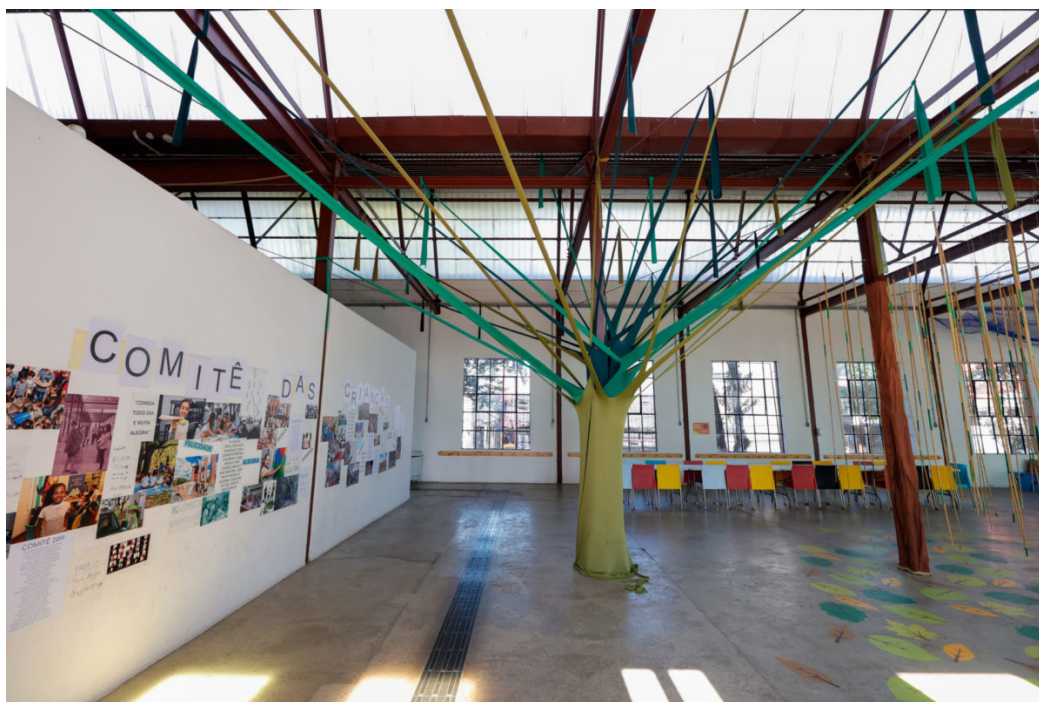


Figura 1. Interior da Fábrica das Infâncias

Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí.

Esse processo participativo não se restringiu ao Comitê das Crianças. A co-criação foi ampliada por meio do envolvimento de estudantes de escolas municipais localizadas no entorno (Escolas Municipais de Educação Básica José Romeiro Pereira, Maria de Toledo Pontes e Ramiro Araújo Filho), que realizaram percursos a pé entre suas respectivas escolas e a Fábrica das Infâncias, relatando percepções relacionadas à mobilidade e à segurança viária. A incorporação dessas escutas indica que, nesse projeto específico, a participação infantil no planejamento urbano buscou alcançar também crianças diretamente afetadas pelas transformações espaciais em curso.

3. BrinCAR LIVRE é uma ação da prefeitura que faz parte do programa Urban95 e que promove o brincar espontâneo e ao ar livre, usando espaços públicos (como parques e praças) para estimular a criatividade, a autonomia e o desenvolvimento infantil por meio de atividades lúdicas, exploração da natureza e interação familiar, com foco na primeira infância.

As contribuições resultantes desses diferentes momentos de escuta subsidiaram a implantação da primeira Área da Infância do município, articulando um equipamento público de referência, um espaço ao ar livre de contato com a natureza e intervenções de urbanismo tático voltadas à segurança e à priorização de pedestres e ciclistas. As mudanças não se limitaram ao interior do edifício, impactando também o entorno imediato, com a implementação de pinturas no solo e mobiliário urbano que incentivam a convivência, a mobilidade ativa e a proteção de pedestres e ciclistas (Jundiaí, 2018b), conforme observado nas Figuras 2 e 3.



Figura 2. Antes da requalificação da Fábrica das Infâncias

Fonte: Urban95 e Bruno Batista/WRI Brasil (2023).

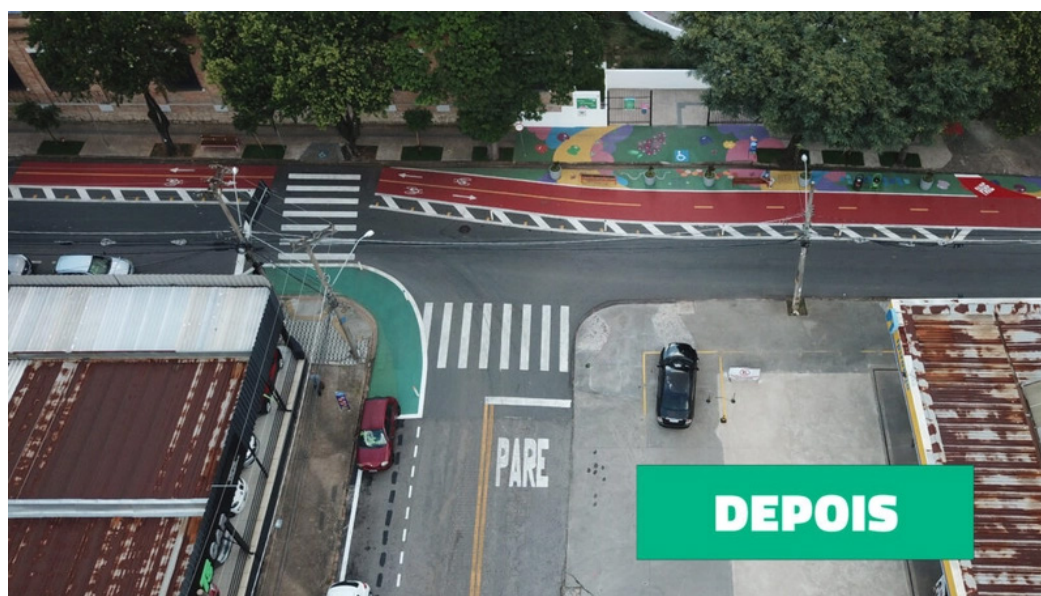


Figura 3. Depois da requalificação da Fábrica das Infâncias

Fonte: Urban95 e Bruno Batista/WRI Brasil (2023).

As Figuras 2 e 3 apresentam as mudanças ao redor do espaço da Fábrica das Infâncias, e, como mencionado no fragmento (2), é possível observar obras de urbanismo tático. De acordo com as fontes oficiais da prefeitura municipal, o espaço foi projetado para priorizar pedestres e ciclistas, com uma ciclofaixa educativa para crianças que estão aprendendo a andar de bicicleta e medidas moderadoras de tráfego, o que incentiva a mobilidade ativa e cria uma região amigável ao pedestre.



Figura 4. Área da Infância

Fonte: Bruno Batista/WRI Brasil (2023).

A Figura 4 apresenta uma placa que sinaliza aos condutores a necessidade de diminuição da velocidade, pois se trata de uma Área da Infância. As chamadas Áreas da Infância são definidas como porções do território urbano qualificadas a partir das demandas expressas pelas próprias crianças e estruturadas em torno de um equipamento público de referência e de espaços ao ar livre que favorecem o contato com a natureza (Jundiaí, 2018b). Atualmente, o município conta com quatro Áreas da Infância: a Fábrica das Infâncias Japy, localizada no bairro Vila Arens; a Área da Infância do Centro das Artes, situada na região central da cidade; e as Áreas da Infância dos bairros Jardim Novo Horizonte e Jardim Santa Gertrudes. Esses territórios articulam equipamentos culturais, educacionais e socioassistenciais. A distribuição territorial das quatro áreas pode ser observada na Figura 5.

Essas transformações no espaço físico, exemplificadas pelas obras das áreas da infância (em especial pela Fábrica das Infâncias e região), demonstram que o planejamento urbano de Jundiaí tem investido tempo e recursos para incluir as necessidades das crianças em seus projetos urbanos. Nessas obras, é possível identificar o incentivo da autonomia de mobilidade das crianças pela cidade (Sarmiento, 2018), aspecto central para desenvolver a cidadania desses atores urbanos.

A metodologia participativa adotada pela prefeitura municipal se baseou em práticas de escuta ativa e mapeamento colaborativo com as crianças, utilizadas não apenas no caso da Fábrica das Infâncias, mas também em outros processos de requalificação urbana, como o projeto Entre a Casa e a Escola.⁴ No entanto, os dados indicam que tais metodologias ainda não se configuram como etapas estruturantes e obrigatórias do planejamento urbano municipal, permanecendo associadas a projetos específicos e a políticas voltadas à infância. Dessa forma, embora se observe uma ampliação da sensibilidade institucional para as demandas das crianças, a incorporação da participação infantil ao planejamento ocorre de maneira seletiva e dependente de contextos e agendas políticas específicas.

O planejamento com crianças nos convida a uma nova racionalidade. Contemplar a infância em políticas espaciais pode fazer frente a lógicas hegemônicas, como a produção do espaço centrada no transporte veicular individual. Portanto, o caso de Jundiaí, com a inclusão das crianças no processo de planejamento urbano, aponta para uma mudança na percepção das prioridades sociais e na maior interação com patrimônios urbanos, culturais e naturais.

(3) Essa política da primeira infância abre espaços pra inserir políticas que normalmente seriam rechaçadas [...]. Eu tirar uma vaga de um carro pra fazer qualquer outra ação... vai dar uma briga do cacete..., mas se você explica que faz parte do contexto das crianças [...], as pessoas vão pra discussão um pouco menos armadas. (Entrevistado 3)

(4) a partir da adesão ao programa [...], eu sinto que houve uma mudança muito importante do meu modo de ver a cidade e de propor política pública para a cidade. [...] uma cidade boa pras crianças e boa pra todos, porque de fato eu sinto isso acontecendo, ela vai impactando sem que a gente muitas vezes se dê conta. [...] a primeira ação que a gente fez aqui, onde os carros tomavam conta de tudo, a

4. Entre a Casa e a Escola é um programa de requalificação do entorno das escolas e creches municipais da rede pública, a partir de um processo de escuta dos alunos sobre seus caminhos, que dá origem a projetos específicos para diferentes áreas da cidade. O projeto conta com experiências que se iniciaram em 2017, antes da adesão ao programa CDC (informações disponíveis em: <https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/programas/programa-entre-a-casa-e-a-escola/> – acesso em: 3 jul. 2026).

gente nem tinha a possibilidade de ver o prédio histórico porque a visão que a gente tinha era de carros... aqui foi a primeira área que tiramos os carros da área histórica... foram mudanças que não pensamos especificamente nas crianças, mas foi pensando no conceito”. (Entrevistado 4)

Os fragmentos (3) e (4) indicam, por meio das falas destacadas, que os enunciadores percebem que a participação das crianças tem potencial transformador e que os resultados dessa participação transcendem o espaço físico. Em conjunto com essa reflexão, os fragmentos não ilustram só a mudança do espaço físico, mas também uma mudança de contexto. Este, agora, inclui as crianças e suas infâncias, que anteriormente eram invisibilizadas na cidade e no espaço político e social. Em outras palavras, conforme o fragmento discursivo (5), “você lembra que a criança existe”.

(5) A discussão da cidade das crianças abre uma frente pra você discutir umas coisas diferentes [...] a Secretaria de Obras muitas vezes concebia uns projetos em zonas afastadas, sem calçadas, hoje o prefeito já olha e fala: cadê a calçada? Por onde a criança vai passar ali?... e você lembra que a criança existe. (Entrevistado 3)

Pensando no contexto político, é pertinente questionar se o processo participativo com crianças constitui uma força de subversão, como discutem Randolph (2014) e Limonad (2015). Os indícios de que ele tem esse caráter emergem tanto na transformação das formas de governança quanto na adoção de novos referenciais, que deslocam o olhar do adulto para a criança e priorizam o pedestre em detrimento do automóvel. Trata-se, portanto, de um planejamento que tensiona a lógica adultocêntrica e tecnocrática, aproximando-se da noção de Randolph (2007) de uma prática que incorpora o espaço social em sua totalidade, para além do simbólico. Nesse sentido, falas presentes nos fragmentos (4) e (5) – “não pensamos especificamente nas crianças, mas foi pensando no conceito” e “você lembra que a criança existe” – revelam como os próprios enunciadores reconhecem uma inflexão na forma de planejar, ao admitir a criança como ator social capaz de influenciar diretamente a produção do espaço urbano.

Dessa forma, o reconhecimento das crianças como parcela social de direitos insere uma nova perspectiva urbana: os espaços de representação, fazendo frente às representações do espaço, que geralmente expressam uma perspectiva ideológica dominante da sociedade a respeito de seu espaço social (cf. Lefebvre, 2006; Randolph, 2007; 2014).

(6) Hoje eu vejo que as pessoas dão mais valor para o que as crianças falam. Esse, inclusive, eu entendo como um objetivo do comitê das crianças... pra dar visibilidade para as infâncias da cidade, né?... Inclusive a própria prefeitura e seus técnicos acabam valorizando mais, né? (Entrevistado 1)

Nesse sentido, o reconhecimento da infância como um processo de construção social, histórica e geográfica emerge como um elemento relevante para subsidiar discussões e políticas públicas mais alinhadas às especificidades sociais, históricas e geográficas do contexto em questão.

6. Participação infantil e reconhecimento da infância como ator urbano

No contexto do programa CDC, o brincar ocupa um lugar central. Para Tonucci (2019), ele se manifesta como uma expressão livre dos desejos, necessidades e características das crianças, englobando tanto a prática da autonomia quanto a recusa da obediência. Paralelamente, o brincar também pode ser entendido como elemento constitutivo da cidadania presente e futura das crianças. Nesse sentido, segundo Randolph (2007; 2008; 2019), o planejamento urbano pode moldar os espaços cotidianos das práticas sociais e espaciais de modo a garantir condições substanciais e sustentáveis para o exercício da cidadania, inclusive na infância. Como apontam Dias e Ferreira (2015), trata-se de inverter a lógica vigente, subvertendo a ordem estabelecida e colocando a cidade, seus territórios e espaços a serviço de um projeto de cidadania que reconheça e inclua, de modo especial, as infâncias.

A estruturação de processos participativos dentro das políticas urbanas possibilita que a presença infantil seja reconhecida como parte integrante do debate sobre a cidade (Sarmento, 2018). Os programas que promovem a participação de crianças desempenham um papel central nesse processo ao promoverem metodologias e diretrizes que incentivam o engajamento infantil nas práticas de planejamento urbano. Ao articular essa dimensão com as políticas públicas locais, tais iniciativas ajudam a consolidar a participação como um direito garantido, e não apenas como uma concessão eventual.

O papel da institucionalização da participação das crianças no planejamento se revela uma possibilidade de enfrentamento de uma invisibilização crônica, mesmo que os espaços institucionalizados possam obscurecer as vivências cotidianas das crianças (Bertuol, 2008). Esse enfrentamento configura uma luta contínua, uma vez que o pensamento adultocêntrico frequentemente conduz a posturas extremadas, seja subestimando as crianças como sujeitos incapazes e imaturos, seja exigindo delas uma racionalidade equiparável àquela socialmente esperada dos adultos.

Durante a pesquisa, ficou evidente que as crianças estavam clamando por sua participação, como destacado por Bertuol (2008) em trabalhos anteriores, e exigiam a continuidade do exercício de sua cidadania, mesmo após completarem 12 anos de idade.

(7) O que começou acontecer é que as crianças não queriam sair... aí no ano passado (2023) as crianças chegaram pra ele [prefeito] e falaram: “A gente quer protestar! Porque a gente não quer sair do comitê, a gente acha que tem que ter um lugar pra vocês ouvirem”. (Entrevistado 4)

O fragmento (7) se refere ao processo de criação do Comitê Jovem, concebido como uma extensão do programa CDC e como a abertura de um novo canal institucional de escuta para crianças e adolescentes no município de Jundiaí. O comitê é direcionado a participantes que integraram anteriormente o Comitê das Crianças e que, ao atingirem a idade limite, manifestaram o desejo de continuar exercendo sua participação cidadã. A afirmação “a gente acha que tem que ter um lugar pra vocês ouvirem a gente” evidencia que a criação desse novo arranjo institucional não decorreu de uma iniciativa do poder público, sendo na verdade impulsionada por uma demanda formulada pelas próprias crianças, no sentido de reivindicar a continuidade de sua presença nos processos participativos municipais.

Esse movimento revela a capacidade das crianças de compreender e tensionar os limites formais impostos à sua participação, acionando estratégias de reivindicação e proposição de alternativas. À luz de Sarmento, Fernandes e Tomás (2007), observa-se o exercício da agência infantil não apenas na adesão às instâncias participativas existentes, mas também na contestação de suas regras e na formulação de novos formatos institucionais. No entanto, essa ampliação da participação ocorre dentro de enquadramentos institucionais específicos: o acesso ao Comitê Jovem permanece condicionado à participação prévia no Comitê das Crianças, e as possibilidades de participação incidência seguem mediadas por critérios etários, organizacionais e decisórios definidos pelo poder público. Assim, mesmo que o Comitê Jovem represente um avanço na continuidade da participação infantil, ele não elimina as assimetrias de poder nem garante, por si só, a institucionalização plena da agência das crianças no planejamento municipal, revelando paradoxos inerentes ao planejamento participativo (Randolph, 2019; Souza, 2006).

Em resposta à reivindicação do Comitê das Crianças mencionada no trecho (7), foi instituída a Lei Municipal nº 9.907 de 2023, aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, que define o Dia de Brincar como a primeira segunda-feira do mês de outubro. A data é uma iniciativa dentro do contexto do programa CDC que

tem como objetivo incentivar o brincar livre, resgatar memórias lúdicas e promover a integração intergeracional.

Isso demonstra que, quando as crianças possuem ao seu dispor ferramentas para transformar suas realidades, elas revelam ter competências políticas suficientes para o exercício de sua cidadania, conforme já havia sido ressaltado por autores como Sarmento (2018), Bertuol (2008) e Tomás (2007). No caso citado no fragmento (7), as crianças do comitê entendem a importância da sua participação no planejamento urbano e buscam acolher outras infâncias, assumindo um papel de resistência às lógicas tradicionais adultocêntricas e tecnocráticas, conforme explicitado em sua reivindicação do Dia de Brincar.

Apesar dos avanços observados, a participação infantil no planejamento urbano de Jundiaí apresenta limitações importantes. A atuação das crianças permanece fortemente mediada por estruturas adultas, tanto na definição das agendas quanto nos formatos institucionais disponíveis, o que pode restringir sua autonomia e capacidade de incidência política. Além disso, a participação tende a se concentrar em grupos específicos de crianças, vinculadas ao Comitê das Crianças e a projetos pontuais, limitando sua capilaridade territorial e social. Esses elementos revelam o risco de uma participação circunscrita a espaços simbólicos ou experimentais, sem impacto estrutural sobre o conjunto das práticas de planejamento urbano, reforçando paradoxos já apontados pela literatura crítica sobre participação e governança urbana (Mansfield; Batagol; Raven, 2021; Randolph, 2019; Souza, 2006).

Conclusões

Este trabalho analisou a participação infantil no planejamento urbano, com foco na iniciativa La Città dei Bambini (CDC) no Brasil, a partir do estudo de caso de Jundiaí (SP). Utilizando metodologia composta por análise documental, entrevistas e observação, investigou-se como a inclusão das crianças desafia lógicas hegemônicas adultocêntricas e tecnocráticas de produção do espaço. A atuação do CDC em Jundiaí representa um avanço no reconhecimento das capacidades políticas da infância, especialmente por meio do Comitê das Crianças, ainda que enfrente tensões impostas pela racionalidade adultocêntrica e tecnocrática dominante. O caso analisado evidencia o potencial subversivo da participação infantil ao expor contradições como a centralidade do transporte individual e a ausência de espaços intergeracionais, além de questionar a superioridade do saber técnico frente ao conhecimento popular.

A escuta ativa das crianças e sua integração nos processos decisórios estimulam uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder vigentes, revelando que não há justificativas objetivas para a sistemática negação de seus direitos enquanto atores urbanos. Esse movimento rompe com paradigmas tradicionais da gestão

urbana e mostra a capacidade das crianças de promover transformações concretas no ambiente em que vivem. No entanto, à luz de Randolph (2019), o potencial subversivo dessa participação é atravessado por riscos tecnocráticos: por um lado, a inclusão das crianças desafia a lógica neoliberal e excludente e, por outro, corre o risco de ser apropriada e esvaziada pelas próprias estruturas que busca transformar. Assim, a incorporação infantil no planejamento urbano se situa entre a força transformadora das esferas da vida e a colonização simbólica.

Conclui-se que reconhecer as crianças como sujeitos plenos de direitos é essencial para a construção de cidades mais justas e inclusivas. A experiência de Jundiaí indica que a institucionalização da escuta infantil fortalece a noção de infância como categoria social e política dinâmica, além de viabilizar o aperfeiçoamento da cidade. Ampliar a participação de diferentes segmentos sociais no planejamento urbano tensiona as estruturas tradicionais de poder, e, ainda que pareça utópico, é justamente na utopia que reside a potência transformadora para imaginar e construir novos horizontes de justiça social.

Referências

- ABELLÁN-LÓPEZ, M. A.; PARDO-BENEYTO, G. Children's Participation Matters: A Step towards Institutional and Legal Innovation in Spain. *International Journal of Law, Policy and the Family*, v. 38, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/lawfam/ebae011>. Acesso em: 22 dez. 2025.
- _____. Advancing the Democratic Participatory Experiences of Young People: The Participatory Budgets. *Cadernos Metrópole*, v. 27, n. 63, p. e6368054, 2025. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/68054>. Acesso em: 2 jan. 2026.
- ALVARADO, S. V.; POSADA, J. E. M.; GAVIRIA, D. A. M. Contextualización teórica al tema de las juventudes: una mirada desde las ciencias sociales a la juventud. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales*, v. 7, n. 1, p. 83-102, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77307104>. Acesso em: 7 ago. 2025
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ATAOL, Ö. et al. The Inability of Turkey and Istanbul in Institutionalization of Children's Participation in Urban Planning: A Policy Analysis Study. *Children & Society*, v. 36, p. 1064-85, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/chso.12557>. Acesso em: 2 jan. 2026.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERTUOL, C. *Crianças no espaço urbano: um estudo sobre políticas públicas no contexto das "cidades amigas das crianças"*. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17311/1/Carla%20Bertuol.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

- BROSTOLIN, M. R. Cidadania infantil: questões contemporâneas e implicações para a participação da criança. *EccoS – Revista Científica*, n. 56, p. e13186, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/13186>. Acesso em: 4 jul. 2026.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 57, n. 5, p. 611-4, 2004.
- CAVALCANTE, E. B. T. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 23, n. 42, p. 196-215, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/15814>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, n. 3, p. 118, 2015. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5150>. Acesso em: 7 maio 2025.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GILLESPIE, J. Being and Becoming: Writing Children into Planning Theory. *Planning Theory*, v. 12, p. 64–80, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1473095212441696>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- HART, R. *Children's Participation: From Tokenism to Citizenship*. Florence: Unicef/International Child Development Centre, 1992.
- JACOBI, P. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kK-3qkWwStp5gvBvrH4gyK5K/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- JUNDIAÍ. Decreto nº 27.780, de 15 de outubro de 2018. Estabelece a adesão do Município de Jundiaí à Rede Latino-Americana, Projeto Cidade das Crianças. *Imprensa Oficial do Município de Jundiaí*, Jundiaí, SP, ed. 4465, p. 41, 2018 [2018a]. Disponível em: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Decreto-27780-de-2018-Criacao-do-Comite-das-Criancas-IOM-de-17-de-outubro-de-2018-Edicao-4465.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.
- _____. Cidade das Crianças. Prefeitura de Jundiaí, 2018 [2018b]. Disponível em: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/>. Acesso em: 14 maio 2025.
- _____. Lei Municipal nº 9.907, de 22 de março de 2023. Institui e inclui no Calendário Municipal de Eventos o “Dia de Brincar” (primeira segunda-feira de outubro). Jundiaí, SP, 2023.
- LANSKY, S. *Na cidade, com crianças: uma etno-grafia espacializada*. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8UQJDD>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [S. l.], 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-producao3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.
- LIMONAD, E. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. (Orgs.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 71-102.

- LIMONAD, E.; RANDOLPH, R. Planejamento, um campo em busca de domínio. In: D'OTTAVIANO, C.; MEDEIROS, S. R. F. Q. de (Orgs.). *Planejamento urbano e regional: ensino, pesquisa e extensão*. Belo Horizonte: Anpur, 2021. Disponível em: <https://anpur.org.br/planejamento-urbano-e-regional-ensino-pesquisa-e-extensao-2/>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- MALONE, K.; HARTUNG, C. Challenges of Participatory Practice with Children. In: PERCY-SMITH, B.; THOMAS, N. (Orgs.). *A Handbook of Children and Young People's Participation*. London: Routledge, 2010.
- MANOUCHEHRI, B.; BURNS, E. Participation as a Right to the City: Iranian Children's Perspectives about Their Inclusion in Urban Decision-Making. *Children & Society*, v. 35, p. 363-79, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/chso.12446>. Acesso em: 14 jan. 2026.
- MANSFIELD, R.; BATAGOL, B.; RAVEN, R. "Critical Agents of Change?": Opportunities and Limits to Children's Participation in Urban Planning. *Journal of Planning Literature*, p. 170-86, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0885412220988645>. Acesso em: 8 jul. 2022.
- MARICATO, E.; SANTOS JÚNIOR, O. A. dos. Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (Orgs.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2007. v. 1, p. 165-95.
- MATTHEWS, H. Living on the Edge: Children as "Outsiders". *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 86, n. 5, p. 456-66, 1995.
- MONTE-MÓR, R. L. *O que é urbano no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006 [2006a]. 14 p. (Texto para discussão n. 281).
- _____. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. (Orgs.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006 [2006b]. p. 61-85.
- RANDOLPH, R. Planejamento comunicativo entre as perspectivas comunitarista e liberal: há uma "terceira via" de integração social? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 83-108, jan.-jul. 1999.
- _____. Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades dos planos diretores no Brasil. In: IX COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/9porto/rainer.htm>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- _____. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro. In: X COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/-xcol/430.htm>. Acesso em: 10 ago. 2022.

- RANDOLPH, R. Subversão e planejamento como práxis: uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: LIMONAD, E. et al. *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- _____. Superando abordagens colaborativa e agonística do planejamento: caminhos para sua radicalização por meio de ações subversivas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 44, p. 99-117, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/DC7mJ4bfT4YL6ppp6CZqvG/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- _____. Uma trajetória do planejamento colaborativo ao subversivo. In: LIMONAD, E.; MONTEIRO, J. C.; MANSILLA, P. (Orgs.). *Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas*. São Paulo: Max Limonad, 2021. v. 1.
- SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (Orgs.). *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/cf77453c-020a-4cbb-9bf5-661e75df71d8>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- _____. Infância e cidade: restrições e possibilidades. *Educação*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 232-40, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Políticas públicas e participação infantil. *Revista Educação, Sociedade e Cultura*, Braga, n. 25, p. 183-206, 2007. Disponível em: <https://ciudadesamigas.org/wp-content/uploads/2012/12/sarmento.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- SARMENTO, M. J.; SOARES, N. F.; TOMÁS, C. Participação social e cidadania activa das crianças. In: RODRIGUES, D. (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus Editorial, 2006. p. 141-59.
- SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *A prisão e a ágora: reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- TOMÁS, C. Participação não tem idade: participação das crianças e cidadania na infância. *Contexto e Educação*, Ijuí, v. 78, n. 22, p. 45-68, 2007.
- TONUCCI, F. *A cidade das crianças: uma nova forma de pensar a cidade*. Rio de Janeiro: Fatoría de Livros, 2019.
- TREVISAN, G. Cidadania infantil e participação política das crianças: interrogações a partir dos Estudos da Infância. In: DORNELLES, L. V.; FERNANDES, N. (Eds.). *Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras*. Braga: CIEC, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11796/2868>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- VELOSO, M. *Crianças na cidade – participação infantil no planejamento e gestão das cidades: novas espacialidades, autonomia, possibilidade*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/1e592b4d-05e5-4dfe-ac45-be6f-9f73c150>. Acesso em: 21 jul. 2023.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 169-243.

_____. *Espaco intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2005.

YIFTACHEL, O. O lado sombrio do planejamento. In: LIMONAD, E.; MONTEIRO, J. C.; MANSILLA, P. (Orgs.). *Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. p. 62-89.

ZEIHER, H. Shaping Daily Life in Urban Environments. In: CHRISTENSEN, P.; O'BRIEN, M. (Eds.). *Children in the City: Home, Neighbourhood and Community*. London: Routledge Falmer, 2003. p. 66-8. Disponível em: https://shahrsazionline.com/wp-content/uploads/2016/01/Children-in-the-Citywww.shahrsazionline.com_.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

Pedro Matheus Bianchi

Engenheiro ambiental pela Universidade Federal de Itajubá (Unifei), mestre em Desenvolvimento, Planejamento e Território pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). É membro do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (NAU/Ufes) e realiza pesquisas sobre teoria do planejamento urbano participativo, infância, cidade e políticas públicas.

Email: pedro-bianchi@hotmail.com

ORCID: 0009-0005-0480-6815

Contribuição de autoria: Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Primeira Redação.

Gustavo Melo Silva

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis (Decac) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), com atuação no Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap/UFSJ) e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT/UFSJ).

Email: gustavomelo@ufs.jedu.br

ORCID: 0000-0001-6431-1594

Contribuição de autoria: Conceituação; Análise Formal; Metodologia; Supervisão/Orientação; Escrita – Revisão e Edição.

Renan Pereira Almeida

Economista pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestre e doutor em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG). Atualmente, é professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Cedeplar (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT/UFSJ) e bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq). É membro do conselho diretor da Latin American Real Estate Society (Lares) e membro-fundador do grupo de trabalho em Economia Urbana e Regional da Young Scholars Initiative do Institute for New Economic Thinking (YSI/Inet). Atuou no Ministério das Cidades e na Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais (Arsae-MG), no Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-Tec), além de ter tido pesquisas financiadas por UN-Habitat, Lincoln Institute of Land Policy, Banco Mundial, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Prefeitura de Belo Horizonte e QuintoAndar.

Email: renanpa@cedeplar.ufmg.br

ORCID: 0000-0003-1741-7665

Contribuição de autoria: Conceituação; Análise Formal; Supervisão/Orientação; Escrita – Revisão e Edição.

Informações sobre o uso de Inteligência Artificial

- a) Busca, sistematização e organização final de referências: Não.
- b) Organização de bancos de dados e respectiva elaboração de quadros, tabelas e gráficos: Não.
- c) Revisão final do texto para aprimoramento de gramática e ortografia, para atender a norma culta: ChatGPT.

Dados Abertos

O artigo utiliza dados já publicados em outras fontes, como bases de dados públicas.

Submissão: 18 de setembro de 2025.

Aprovação: 30 de maio de 2026.

Editores: Maria do Livramento Miranda Clementino, Rodrigo José Firmino e Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros.

Como citar: BIANCHI, P. M.; SILVA, G. M.; ALMEIRA, R. P. Desafiando o adultocentrismo: a participação de crianças no planejamento urbano de Jundiaí (SP). *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 28, E202627pt, 2026. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202627pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR